



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Definição do objeto

Contratação de serviços técnicos suplementares continuados de Tecnologia da Informação, para apoio à área de Administração de Sistemas do TRE-SC.

2. Fundamentação da Contratação

A Tecnologia da Informação (TI) está presente em todas as unidades orgânicas do TRE-SC, na forma de bens, serviços e ferramentas que apoiam os usuários no desenvolvimento de suas atividades e que possibilitam o atendimento aos diversos clientes internos e externos à instituição e a toda sociedade catarinense.

Para além da complexidade, diversidade e exclusividade de muitos sistemas e aplicações utilizadas pela Justiça Eleitoral, se intensifica cada vez mais a tendência à disponibilização de serviços de TI de forma praticamente ininterrupta (por exemplo, sistemas como Processo Judicial Eletrônico, Processo Administrativo Eletrônico e outras aplicações baseadas na web). Além disso, é quase inevitável a demanda pela oferta de serviços de TI disponíveis a partir de ambientes externos ao Tribunal, de forma segura e confiável, possibilitando, por exemplo, a realização de teletrabalho e de *home office*.

Contudo, as informações disponibilizadas ao ambiente externo somente devem estar acessíveis após a implantação de rotinas de segurança de informação e a garantia de acesso apenas por usuários legítimos, requerendo ambientes controlados e administrados por profissionais especializados, com conhecimentos técnicos adequados às tecnologias sob supervisão. Ainda, há necessidade de garantir que a produtividade dos usuários não seja afetada por falhas, quedas de qualidade ou indisponibilidades nos sistemas, serviços, infraestruturas ou bancos de dados em produção no TRE-SC.

Assim, a área de TI, entre outras atribuições, deve atender satisfatoriamente às necessidades dos usuários, internos e externos, dentro de parâmetros de tempo aceitáveis e dos níveis de serviço acordados; gerenciar a disponibilidade e a capacidade dos sistemas em produção, preservando a qualidade e mantendo a continuidade dos serviços prestados; avaliar a viabilidade de atendimento de novas demandas com a oferta de novos serviços de TI; além de prover suporte ao ambiente tecnológico em produção.

Ante o evidente volume de trabalho envolvido e dada a limitação numérica da força de trabalho de servidores da área de TI do quadro próprio do Tribunal, faz-se necessária a contratação de empresa para a prestação de serviços técnicos suplementares continuados de Tecnologia da Informação, para atendimento especializado de segundo e terceiro níveis de suporte de TI, com apoio ao monitoramento, à instalação e ao suporte de diversos sistemas associados ao Data Center do TRE-SC, à configuração de servidores de aplicação, ao suporte dos sistemas corporativos internos, ao atendimento específico a demandas técnicas mais complexas, entre outros serviços de apoio à área de Administração de Sistemas.

3. Descrição da solução

O objeto consiste na contratação de serviços técnicos suplementares continuados de Tecnologia da Informação, para apoio à área de Administração de Sistemas. Esses serviços especializados a serem realizados estão voltados para a resolução de atividades que exigem maior complexidade, onde são necessários técnicos com conhecimentos avançados nessa área específica.

Os serviços, objeto deste contrato, serão executados preferencialmente junto à Secretaria de Tecnologia da Informação, localizada no edifício sede do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, situado na Rua Esteves Júnior, n. 68, Centro, Florianópolis/SC, de segunda a sexta-feira. Os técnicos deverão estar disponíveis no horário de funcionamento do Tribunal (12 às 20h, com jornada diária de 7 horas), nos dias em que houver expediente. Em caráter de plantão, poderá ser necessária a prestação de serviços em horários diversos ao do expediente do TRE-SC para suporte a eventos e sessões plenárias.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

No período dos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 6 de janeiro (Recesso Judiciário, Lei n. 5.010/1966), inclusive, deverão ser mantidos, pela CONTRATADA, os serviços objeto deste contrato.

Atualmente, o TRE-SC conta com um Catálogo de Serviços de TI (vide Anexo II) composto de 144 serviços, distribuídos nas seguintes categorias: Atendimento, Comunicação e Colaboração, Conteúdo e Publicações, Cadastro Eleitoral, Candidatura e Partidos Políticos, Propaganda e Pesquisa Eleitoral, Sistemas Eleitorais de Apoio, Totalização e Divulgação, Urnas Eletrônicas, Equipamentos de Informática, Ferramentas de Ensino, Financeiro, Gerenciamento de Acesso, Gestão de Processos e Projetos, Patrimônio, Recursos Humanos e Suporte e Infraestrutura.

Ressalta-se que o Catálogo de Serviços está em constante mudança, uma vez que novos serviços são providos a cada projeto implantado no sistema informatizado da Justiça Eleitoral. Cada um dos serviços deve ser executado de acordo com as normas, os procedimentos e as técnicas adotadas pelo Tribunal, bem como pelas práticas preconizadas pelo modelo ITIL (*Information Technology Infrastructure Library*), obedecendo ao acordo de nível de serviço (ANS) estipulado pelo TRE-SC.

A gerência e o tratamento das atividades desenvolvidas serão apoiados por ferramenta de Gerenciamento de Serviços de TI (*service desk*), que atribui um identificador (número da ocorrência) a ser utilizado para armazenar todo o histórico do tratamento dado à ocorrência. Essa ferramenta, disponibilizada pelo TRE-SC, será utilizada para a contabilização dos serviços com vista à gerência do acordo de nível de serviço – ANS -, sendo de responsabilidade da empresa contratada manter seus registros atualizados em tempo real e com todos os detalhes do trabalho realizado para possibilitar a geração de estatísticas da atividade. Essas atividades podem ser demandadas pelas áreas gestoras do TRE-SC ou serem decorrentes do registro de requisição ou incidente por parte de seus usuários.

Caso ocorram requisições que precisem ser realizadas fora do horário de expediente normal, poderão ser solicitados serviços adicionais, na forma de pacotes de trabalho, os quais poderão ocorrer em dias úteis, sábados, domingos e/ou feriados, e, ainda, em horários noturnos. Essas solicitações poderão ocorrer, também, para os casos em que houver aumento sazonal da demanda, geradas em razão de: Eleições, Plebiscito, Referendo, Consulta Popular ou Recadastramento Biométrico e Revisão do Eleitorado.

As atividades, em sua maioria, deverão ser realizadas na sede e nos prédios anexos do TRE-SC, todavia, eventualmente e mediante comunicação prévia, poderão ser realizadas em locais diversos, nos limites do Estado de Santa Catarina. Havendo essa necessidade, a empresa contratada responsabilizar-se-á pelas despesas com hospedagem e alimentação, bem como por todos os encargos trabalhistas decorrentes do traslado.

Preposto

A empresa contratada deverá manter preposto para representá-la no local de execução dos serviços, conforme previsto no art. 118 da Lei n. 14.133/2021. A função do preposto poderá recair sobre os funcionários da equipe que executarão os serviços contratados.

Tecnologias envolvidas e atividades a serem desenvolvidas

Abaixo é descrito o perfil profissional solicitado. Listamos as principais tecnologias e/ou produtos, assim como as principais atividades implicadas na rotina do cargo, lembrando que as mesmas não são restritivas, podendo haver tecnologias e atividades adicionais e outras que porventura venham a ser contratadas futuramente.

Perfil Apoio Especializado Administração de Sistemas

Principais produtos/tecnologias utilizadas:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- Serviços de rede: sistema de impressão CUPS; Samba; DNS (Bind); DHCP; MS Active Directory; VPN (OpenVPN); Comunicador Instantâneo;
- Rotinas de backup;
- Equipamentos de rede (Switches e Roteadores);
- Sistemas Operacionais Windows Client e Server, Linux Suse Enterprise, Red Hat Enterprise; OpenWrt;
- Servidor Web Apache; Servidores de aplicação JBoss e Tomcat;
- Máquinas Virtuais (Xen OSS) e virtualização Docker;
- MDT (Microsoft Deployment Toolkit);
- Aplicativos: Navegadores Internet (Firefox, Chrome e Internet Explorer); sistemas da Justiça Eleitoral; escritório (planilha, editor de texto, apresentação); Sistema de Gestão de Serviços - OTRS;
- Certificados Digitais e tokens;
- DevOps;
- Soluções de Cibersegurança: Tenable.ad; Tenable.sc; Endpoint Central (Manage Engine); BigIp (F5); Apex One, Apex Central e Vision One (Trend Micro); KnowBe4;
- Banco de Dados Oracle, MySql, PostgreSQL;

Principais atividades a serem desempenhadas:

- Prestar suporte Nível 2 e 3 para os serviços de rede, sistemas e aplicativos;
- Administrar, monitorar e configurar sistemas e sua infraestrutura;
- Administrar e monitorar os servidores de aplicação;
- Administrar e monitorar as soluções de cibersegurança;
- Administração e suporte avançado em ambientes Linux e Windows;
- Desenvolver scripts para ambientes Linux e Windows;
- Administrar usuários e controle de acesso à sistemas;
- Instalação, configuração e manutenção de infraestrutura de redes e sistemas;
- Testar e homologar sistemas e equipamentos;
- Provisionamento de máquinas virtuais;
- Gerenciamento das rotinas de backup;
- Criação e gerenciamento de Imagens para sistemas operacionais Windows e Linux;
- Administrar, gerenciar e instalar mecanismos e sistemas de segurança;
- Implementação de configurações avançadas em Sistemas corporativos da Justiça Eleitoral;
- Suporte e homologação de aplicações e soluções em dispositivos móveis;
- Realizar pesquisas de mercado, elaborar documentação referente a aquisições de produtos novos ou já existentes, assim como auxiliar na análise técnica das propostas durante os certames;
- Controlar a qualidade de equipamentos e sistemas configurados;
- Pesquisa de novas soluções em Tecnologia da Informação;
- Abertura e acompanhamento de chamados junto aos fornecedores / parceiros;
- Configurar e automatizar parâmetros e perfis de usuários no SGBD;
- Criação de interface de dados para os sistemas corporativos;

Categoria e Salário Base

De acordo com os Estudos Preliminares, os valores salariais médios praticados no mercado estão acima dos valores definidos pelo piso da categoria no estado de Santa Catarina, razão pela qual deve ser observado pela CONTRATADA, o salário-base mínimo convertido para 35 horas semanais, conforme abaixo:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- Administrador de Sistemas Operacionais: **R\$ 7.397,21**

Estimativas de quantidades

De acordo com o levantamento dos Estudos Preliminares, concluímos que 9 (nove) profissionais cumprem a demanda de atividades previstas, conforme distribuição abaixo:

- Perfil: Administração de Sistemas: **9 (nove) técnicos.**

Pacote adicional

O TRE-SC poderá solicitar a execução de serviços adicionais, na forma de pacotes, os quais poderão ser realizados em dias úteis, sábados, domingos e/ou feriados, e, ainda, em horários noturnos.

Esses serviços serão requisitados sob demanda à Contratada pela Gestão do contrato.

Pacote de Serviço Adicional I:

- a) Corresponde às atividades cuja demanda não pôde ser prevista ou realizada durante o horário normal de trabalho;
- b) Terá duração de 1 (uma) hora;
- c) Sempre que possível, será solicitado com antecedência mínima de 2 (duas) horas.

Pacote de Serviço Adicional II:

- a) Corresponde às atividades geradas em razão de aumento de demanda ocasionada por eventos como Eleições, Plebiscitos, Referendos, Consultas Populares, Revisões do Eleitorado ou Recadastramento Biométrico, podendo ser solicitado a qualquer tempo, caso haja acréscimo de atividades que justifique a ampliação da equipe técnica para atender as demandas;
- b) O TRE-SC comunicará à Contratada a necessidade de utilização do pacote com uma antecedência mínima de 5 (cinco) dias;
- c) Cada Pacote de Serviço Adicional II equivale ao acréscimo de 1 (um) profissional, pelo período mínimo de um mês e até que o TRE-SC comunique a desmobilização do pacote à Contratada;
- d) O TRE-SC comunicará à Contratada a desmobilização do pacote com uma antecedência mínima de 5 (cinco) dias;
- e) Nos casos em que o acréscimo da demanda justificar, relativos aos eventos descritos na alínea "a", poderá ser solicitado mais de um pacote concomitantemente;
- f) O perfil do profissional do Pacote Adicional II deverá pertencer a um dos grupos de certificações do quadro apresentado no item 5.11 deste documento.

3.1. Estudo Técnico Preliminar

O Estudo Técnico Preliminar consta às fls. do Processo Administrativo Eletrônico n. 1.474/24.

3.2. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

Não se aplica a esta contratação.

3.3. Códigos SIASG

Código SIASG: 24970 - Serviços de Tecnologia da Informação e Apoio Técnico de Atividades de Informática.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

4. Requisitos da contratação

4.1. Requisitos de negócio

REQUISITO	JUSTIFICATIVA
Execução dos serviços, preferencialmente, junto à STI do TRE-SC, localizada na Rua Esteves Júnior, 68, Centro, Florianópolis/SC, de segunda a sexta-feira, no horário de funcionamento do Tribunal nos dias em que haja expediente e, excepcionalmente, em caráter de plantão, quando houver necessidade.	Devido à criticidade das informações a que estarão expostos os técnicos, evitando o tráfego de informações sensíveis para ambiente de rede externo ao da Instituição.
Provimento e dimensionamento adequado de equipe técnica para execução sem interrupção dos serviços disponíveis no Catálogo de Serviços de TI do TRE-SC, observando o cumprimento integral dos níveis de serviço exigidos pelo Tribunal.	Faz-se necessário um número adequado de pessoas, considerando os serviços de TI disponíveis e o tempo para atendimento das demandas, conforme estabelecido no acordo de nível de serviço (ANS) do TRE-SC.
Cumprimento dos indicadores de qualidade e desempenho definidos pelo TRE-SC.	As atividades devem ser desempenhadas de acordo com um nível de produtividade e qualidade previamente estabelecido pelo TRE-SC.
Prestação de serviços em horários diversos ao do expediente do Tribunal, em caráter de plantão.	Prestação de suporte a eventos, sessões plenárias e demais atividades realizadas em horário diverso ao do expediente do Tribunal.
Execução de serviços adicionais (pacotes adicionais), os quais poderão ser realizados em dias úteis, sábados, domingos, feriados, e, ainda, em horários noturnos.	Tal necessidade se justifica em razão de aumentos sazonais de demanda geradas em razão de: Eleições, Plebiscito, Referendo, Consulta Popular, Recadastramento Biométrico, Revisão do Eleitorado ou projetos determinados pela Administração.
Deslocamento de profissionais para a execução de serviços nas unidades da Justiça Eleitoral de Santa Catarina, quando necessário.	A Justiça Eleitoral possui unidades, chamadas de Cartórios Eleitorais, em diversos municípios do Estado de Santa Catarina. Eventualmente, faz-se necessário o deslocamento de parte da equipe técnica para prestação de serviços técnicos de TI nessas unidades.

4.2. Requisitos de negócio

REQUISITO	JUSTIFICATIVA
Provimento de profissionais disponíveis para executar suas atividades numa jornada de trabalho de 7 horas diárias, nos termos da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).	Faz-se necessário para atendimento das demandas do público interno do TRE-SC, durante todo o horário de expediente do órgão.
Provimento de preposto no local de execução dos serviços, podendo a função recair sobre os funcionários da equipe que prestarão os serviços contratados.	A empresa contratada deverá manter preposto para representá-la no local de execução dos serviços, conforme previsto no art. 118 da Lei n. 8.666/1993. A função do preposto poderá recair sobre os funcionários da equipe que executarão os serviços contratados.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Respeito às normas de Segurança da Informação publicadas pelo TRE-SC.	Garantir a proteção das informações em processamento.
Respeito ao código de ética do TRE-SC.	Garantir o alinhamento ético dos profissionais.
Aderência à legislação trabalhista em vigor.	Garantir o atendimento da contratação ao regramento legal.
Respeito às normas do TRE-SC relacionadas à LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados)	Garantir a proteção dos dados pessoais dos usuários.

5. Modelo de execução do objeto

5.1. Prazos

O quadro abaixo indica o cronograma de execução do contrato:

Item	Etapas	Data	Responsável
1	Entrega dos currículos simplificados dos colaboradores.	Até 3 dias úteis antes do início das atividades, conforme item 5.8.3.	Contratada
2	Indicação do preposto	Até a data da reunião de alinhamento das expectativas.	Contratada
3	Reunião de Alinhamento das Expectativas	Até 3 dias úteis antes do início da prestação dos serviços ou conforme agendamento realizado pelo gestor do contrato.	TRE-SC
4	Início da Prestação dos Serviços	Até 3 dias úteis a partir da autorização do TRE-SC.	Contratada

5.2. Local de entrega ou prestação dos serviços

O serviço deverá ser prestado no ambiente interno do TRE-SC. O ambiente interno compreende a prestação do serviço na Sede do Tribunal e/ou Zonas Eleitorais, quando houver a necessidade de viagem técnica para prestação de serviço nessas unidades. Excepcionalmente, a Contratante poderá autorizar a prestação dos serviços de forma remota e/ou em local distinto da forma presencial. Ressalta-se que na modalidade remota, caberá ao TRE-SC disponibilizar os equipamentos necessários à prestação do trabalho. Porém, o Tribunal não irá responsabilizar-se pelo transporte desses equipamentos e nem pela disponibilização dos demais itens necessários para o trabalho remoto dos funcionários da Contratada como, por exemplo, a conectividade. A Contratada deverá se atentar para que os recursos humanos e materiais não sejam compartilhados em execução simultânea em outros contratos.

5.3. Recebimento provisório e definitivo

a) O recebimento provisório ocorrerá no 1º dia útil subsequente ao término do mês a que se refere a prestação dos serviços;

b) o recebimento definitivo dar-se-á em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela Contratada.

5.4. Pagamento

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo do objeto.

5.5. Garantia do objeto

Não se aplica a esta contratação.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5.6. Vigência da contratação

O contrato terá vigência a partir da sua assinatura, com início da prestação dos serviços no dia 01/12/2024 e duração de 3 (três) anos, podendo ser prorrogado até o limite legal.

Justifica-se a vigência inicial plurianual, em razão da potencial redução de custos advinda de um contrato com prazo de duração maior, decorrente dos seguintes fatores:

- a) racionalização do dispêndio de recursos com a realização de procedimentos licitatórios e de prorrogação contratual;
- b) aumento da competitividade, em face da atratividade do objeto para o mercado, refletindo nos valores cotados;
- c) A cada 2 (dois) anos ocorrem Eleições, onde acentua-se a necessidade de prestação de serviços objeto deste contrato. O término da vigência contratual e a eventual substituição da Contratada em anos eleitorais poderia acarretar na falta dos serviços prestados, justamente quando a necessidade por maior agilidade na prestação de suporte aos serviços de TI é acentuada.

5.7. Obrigações da Contratante

- 5.7.1. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes aos serviços contratados que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- 5.7.2. Disponibilizar as instalações, o mobiliário e as estações de trabalho necessárias à execução dos serviços, nas dependências do TRE-SC;
- 5.7.3. Disponibilizar ferramenta de Gerenciamento de Serviços de TI (Service Desk) para registro, acompanhamento e controle das ocorrências;
- 5.7.4. Comunicar oficialmente à CONTRATADA sobre quaisquer falhas verificadas na fiscalização do cumprimento dos serviços prestados;
- 5.7.5. Efetuar o pagamento mensal devido pela execução dos serviços dentro do prazo estipulado, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências contratuais;
- 5.7.6. Exercer permanente fiscalização na execução dos serviços, registrando ocorrências relacionadas com a execução do objeto contratado e determinando as medidas necessárias à regularização dos problemas observados.
- 5.7.7. Disponibilizar microcomputador para realização de trabalho remoto, caso seja necessário.

5.8. Obrigações da Contratada

- 5.8.1. Executar o objeto nas condições estipuladas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 5.8.2. Entregar os currículos simplificados dos colaboradores até 3 (três) dias úteis antes do início das atividades;
- 5.8.3. Iniciar a prestação dos serviços na data estabelecida pelo gestor da contratação, a qual será comunicada à Contratada com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis;
- 5.8.4. Realizar os serviços por meio de profissionais tecnicamente qualificados, apresentando à Secretaria da Tecnologia da Informação do Contratante, antes do início das atividades, a documentação que comprove a observância dos requisitos obrigatórios para exercício das atividades.
- 5.8.5. Substituir, no prazo máximo de 5 dias (sem prejuízo do desconto pela falta) após a comunicação do CONTRATANTE, o profissional que for considerado ineficiente ou incompatível com o trabalho solicitado ou cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse do Serviço Público;
- 5.8.6. Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados nos locais de trabalho;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5.8.7. Apresentar atestado de antecedentes civil e criminal dos profissionais que atuarão nas instalações da Justiça Eleitoral;

5.8.8. Garantir a prestação dos serviços durante o horário de expediente do CONTRATANTE a fim de suprir a demanda estimada;

5.8.9. Responsabilizar-se pelo transporte de seus empregados, por meios próprios ou mediante fornecimento de vale-transporte, para a cobertura do trajeto residência-trabalho e vice-versa (inclusive quando da realização de serviço extraordinário);

5.8.9.1. Nos deslocamentos realizados para a execução de serviços fora do ambiente habitual de trabalho (Cartórios Eleitorais do interior do Estado), a responsabilidade pelo transporte é do TRE-SC;

5.8.9.2. Responsabilizar-se por TODOS os encargos trabalhistas incidentes sobre o traslado, bem como pelas despesas com hospedagem e alimentação do(s) profissional(ais) e eventuais horas extras durante o deslocamento fora do horário de expediente, de modo a não onerar o empregado, em caso de necessidade de deslocamento;

5.8.10. Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço ou demissão de empregados, que não terão em hipótese alguma qualquer relação de emprego com este Tribunal, sendo de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais;

5.8.11. Indicar, por escrito, na reunião de alinhamento das expectativas, preposto ou substituto eventual designado para representá-la no local de execução dos serviços, conforme previsto no art. 118 da Lei n. 14.133/2021;

5.8.12. Suprir todas e quaisquer faltas de empregados por outros profissionais que atendam aos requisitos técnicos exigidos neste Termo de Referência. Haverá margem de tolerância para a falta de um colaborador por dia, desde que em caráter excepcional e que o número de dias com falta no mês não exceda a 3 dias, consecutivos ou alternados, e que sejam mantidas as produtividades definidas no Instrumento de Medição de Resultados (IMR) - Anexo I;

5.8.13. Manter seus profissionais nas dependências do TRE-SC adequadamente trajados e identificados mediante uso permanente de crachá, com foto e nome visível, de acordo com as normas de segurança do Tribunal;

5.8.14. Cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços contratados, bem como àquela referente à segurança e à medicina do trabalho;

5.8.15. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE, ou de terceiros, de que tomar conhecimento em razão da execução do presente objeto, estendendo-se tal obrigação aos seus empregados, respeitando todos os critérios de sigilo, segurança e inviolabilidade, aplicáveis aos dados, informações, regras de negócios, documentos, entre outros;

5.8.16. Executar os serviços (pacotes) adicionais solicitados pelo CONTRATANTE, nos termos do *item 3* deste Termo de Referência;

5.8.17. Comprovar, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE a quitação das obrigações trabalhistas.

5.8.18. Apresentar fatura separada quanto à prestação dos serviços mensais e para a execução dos serviços adicionais e deslocamentos.

5.9. Transferência de conhecimento

A CONTRATADA deverá detalhar e repassar, conforme orientação e interesse do TRE-SC, todo o conhecimento técnico utilizado na implementação dos serviços, sem prejuízo da devida atualização da Base



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

de Conhecimento ao longo de toda a execução contratual. Todas as atividades realizadas pelos técnicos da empresa contratada deverão ser registradas no Sistema de Gerenciamento de Serviços de TI do TRE-SC. Concluída a atividade, será obrigação do técnico detalhar ao máximo a solução adotada e, em seguida, realizar o devido encaminhamento do chamado.

Poderá ser solicitado ao profissional da Contratada a elaboração de relatório técnico detalhando a solução aplicada, para inclusão da mesma na Base de Conhecimento, objetivando que a solução passe a ser de conhecimento de toda a STI, facilitando a resolução de ocorrências similares.

5.10. Direitos autorais

São assegurados ao TRE-SC, com exclusividade, os seguintes direitos:

- a) propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos pela Contratada relativos ao objeto deste Termo de Referência, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, de forma permanente, sendo permitido ao TRE-SC distribuir, alterar e utilizar os produtos sem limitações; e
- b) direitos autorais da solução, do protótipo, do projeto, de suas especificações técnicas, do layout, da diagramação, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato decorrente deste Termo de Referência, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a utilização pela Contratada sem autorização expressa do TRE-SC, sob pena de multa e sanções civis e penais cabíveis.

5.11. Qualificação técnica ou formação dos profissionais envolvidos na execução

Abaixo são apresentados os requisitos necessários para atuação de cada profissional. A comprovação dos mesmos se dará por meio de diplomas, no caso de graduação, ou certificados, para as situações de certificações técnicas. A comprovação de experiência profissional poderá se dar via apresentação de contrato de trabalho, carteira profissional ou declaração de tempo de serviço. Além dos requisitos necessários, os técnicos contratados devem possuir conhecimento básico para interpretar textos em inglês técnico.

Os requisitos de qualificação técnica levam em consideração as especificidades do ambiente tecnológico (sistemas operacionais, ferramentas de apoio, etc), as responsabilidades do CONTRATANTE e da empresa que vier a ser contratada, o nível de criticidade e complexidade dos serviços a serem executados, o desempenho esperado da equipe técnica contratada, bem como a utilização dos modelos de melhores práticas de mercado, atualização tecnológica e suporte especializado.

O nível do profissional exigido será o Sênior, o que requer experiência mínima comprovada de 4 anos. A critério do TRE-SC, poderão ser avaliadas e eventualmente aceitas comprovações adicionais de experiência ou composições de certificações, desde que apresentadas pela CONTRATADA de forma fundamentada e justificada, em substituição às indicadas neste item.

Poderão ser aceitas certificações avaliadas como equivalentes ou superiores pela equipe técnica do TRE-SC, por serem em produto assemelhado, a exclusivo e discricionário critério do TRE-SC.

Será exigido dos profissionais:

- Formação de nível superior na área de Tecnologia da Informação.
- Experiência mínima de 4 (quatro) anos em cargo de TI desempenhando atividades relacionadas com esse perfil, conforme descrito no item 3.
- Certificações: cada técnico deverá possuir ao menos uma das certificações especificadas em algum dos 4 (quatro) grupos abaixo elencados. No entanto, para melhor atender às especificidades da demanda



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

de atividades é desejável que a CONTRATADA disponibilize os profissionais para que contemple de forma equilibrada os 4 (quatro) grupos de certificações abaixo:

Grupo 1	<ul style="list-style-type: none">• SUSE Certified, Red Hat Certified, Linux LPIC-2 ou superior, CCNA, CompTIA Security+, CompTIA CySA+, Microsoft Windows Server (2012 ou superior);• Caso não possua nenhuma das certificações acima, serão aceitas também as certificações Linux LPIC-1, Microsoft MCTS ou Microsoft MCP, mediante complementação de, no mínimo, 280 horas de treinamentos relacionados às seguintes áreas:<ul style="list-style-type: none">o Sistemas operacionais Linux / Unix / Windows Server ou;o Serviços em redes de computadores ou;o Segurança da informação ou;o Redes de armazenamento de dados / storage;o Para comprovação da carga horária será necessária apresentação de certificado de participação/conclusão.
Grupo 2	<ul style="list-style-type: none">• Linux Professional Institute - LPIC-1;• Microsoft Certified Professional (MCP);• Microsoft Certified Technology Specialist (MCTS);• RHCSA – Red Hat Certified System Administrator;
Grupo 3	<ul style="list-style-type: none">• Certificação MCSA Windows 10 (ou superior);• Certificação Microsoft MTA Fundamentos do sistema operacional Windows;• Certificação Microsoft MTA Windows Server Administration Fundamentals;• Certificação Microsoft MTA Networking Fundamentals.
Grupo 4	<ul style="list-style-type: none">• Certificação em banco de dados Oracle;• Microsoft Querying Data with Transact-SQL;• Microsoft MTA Database Fundamentals;

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. Gestor de contrato

6.1.1. Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

- a) coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa;
- b) acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- d) coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
- e) coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente às unidades competentes, para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

f) elaborar o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, com as informações obtidas durante a execução do contrato;

g) coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico e administrativo;

h) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;

i) realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e

j) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

6.1.2. Caberá ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

a) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências;

b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

c) emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexecução ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

d) informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

e) comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;

f) fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;

g) comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

h) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal administrativo;

i) auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e

j) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

6.1.3. Caberá ao fiscal administrativo do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

a) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- b) verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;
- c) examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;
- d) atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
- e) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal técnico; e
- f) auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado.

6.2. Gestão e fiscalização

	Titular ou substituto das unidades
Gestor da contratação	Coordenadoria de Suporte e Infraestrutura Tecnológica (STI/CSIT).
Fiscal técnico	Coordenador de Soluções Corporativas (STI/CSC)
Fiscais administrativos	Seção de Gerenciamento de Contratações Seção de Preparação de Pagamentos e Análise Tributária

6.3. Instrumentos Formais

Todas as ocorrências serão registradas no Sistema de Gerenciamento de Serviços de TI e, a partir desta ferramenta, será emitido, mensalmente, Relatório de Execução das Atividades, cujas funções serão verificar se os indicadores de níveis de serviços foram alcançados e aferir os resultados da execução contratual.

6.4. Acompanhamento do Contrato

A prestação dos serviços será aferida por resultados, conforme indicadores definidos pelo TRE-SC, nos termos do Anexo I – IMR – Instrumento de Medição de Resultado, cujo acompanhamento compete à equipe de gestão da contratação indicada no item 6.2.

6.5. Alocação de riscos

Não se aplica a esta contratação.

7. Critérios de medição e de pagamento

Para apuração do valor a ser pago, será utilizado o Instrumento de Medição de Resultados – IMR, conforme modelo do Anexo I.

Além disso, em caso de não comparecimento de profissionais, a Contratada deverá descontar o valor proporcional na fatura respectiva, sem prejuízo da anotação no IMR, quando configurar falha excedente à tolerância estabelecida, e/ou de apuração da responsabilidade, nos termos do item 13.

8. Reajuste ou repactuação

8.1. O valor contratado poderá ser repactuado, visando sua adequação aos novos preços de mercado, observado o intervalo mínimo de um ano e a demonstração analítica da variação dos componentes dos custos do contrato, devidamente justificada.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

8.1.1. São fatos geradores que podem ensejar a repactuação:

- a) variação dos custos com a execução do objeto, decorrente do mercado; e
- b) acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente.

8.2. No caso da primeira repactuação, o prazo mínimo de um ano a que se refere o subitem 8.1 conta-se a partir:

- a) da data limite para apresentação das propostas constantes do instrumento convocatório, em relação ao fato gerador de que trata o subitem 8.1.1, alínea “a”; ou
- b) da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente (subitem 8.1.1, alínea “b”) vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-base destes instrumentos.

8.2.1. Nas repactuações subsequentes, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que motivou a última repactuação.

8.3. O requerimento referente à repactuação deverá ser protocolado no TRE-SC pelo licitante vencedor – com os documentos comprobatórios – a partir da ocorrência do fato gerador e anteriormente à data da prorrogação contratual subsequente, sob pena de preclusão de seu direito a repactuar.

8.3.1. O requerente deverá apresentar planilhas que evidenciem analiticamente a variação dos custos, devidamente comprovada e justificada. A comprovação poderá ser feita por meio de documentos relativos à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de repactuação.

8.3.2. O prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços será de 1 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação a que se refere o subitem 8.3.

8.4. Não será admitido o repasse automático para os demais componentes da planilha de custo do percentual de majoração de salário acordado em convenção, acordo, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, devendo o licitante vencedor, no momento do pedido de repactuação, comprovar a variação de cada item, por meio de planilha, aberta, atualizada de seus custos.

8.5. Os efeitos financeiros da repactuação serão devidos:

- a) a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação; ou
- b) em data futura à do fato gerador, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras.

8.5.1. Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

8.6. O item “aviso prévio trabalhado” será pago somente no primeiro ano de vigência do contrato.

9. Forma e critérios de seleção do fornecedor

9.1. Parcelamento e adjudicação

As atividades a serem desenvolvidas pela equipe técnica contratada possuem forte interligação entre si, o que faz com que muitas soluções adotadas sejam integradas e provenham de informações, testes, pesquisas, documentações, entre outros, oriundos de diversas áreas técnicas do TRE-SC, as quais esses profissionais estarão atuando. Isso caracteriza a necessidade de implantação única e sob o mesmo grau de responsabilidade, características que seriam impossíveis de serem alcançadas na hipótese de se contratar profissionais de empresas diversas. Assim, os serviços identificam-se entre si e interagem em consonância, quer seja pela natureza da prestação ou pelas dificuldades de diagnóstico, caracterização e distribuição das atividades entre os grupos. Por tais razões, não há como parcelar o objeto da presente contratação.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

9.2. Seleção do fornecedor

Com a finalidade de aferição do menor preço, utilizar-se-á a seguinte fórmula, tomado como base o quantitativo de técnicos para o perfil de Administração de Sistemas Operacionais:

$$Pf = (PmP1 * 9) + (PA1P1 * 30) + (PA2P1)$$

Legenda:

- * P_f = preço final mensal (valor estimado)
- * PmP1 = Preço Mensal Perfil Administração de Sistemas Operacionais
- * PA1P1 = Pacote Adicional 1 Perfil Administração de Sistemas Operacionais
- * PA2P1 = Pacote Adicional 2 Perfil Administração de Sistemas Operacionais

O licitante deverá informar, ainda, por ocasião do envio da proposta ajustada, o valor da taxa de deslocamento, que não poderá exceder àquela estimada para a contratação, sob pena de desclassificação.

A taxa diária de deslocamento será devida à Contratada sempre que houver necessidade de deslocamento dos profissionais para imóveis de propriedade do TRE-SC no interior do Estado, a fim de custear todas as despesas - ressalvado o disposto no parágrafo abaixo. O deslocamento será realizado sempre que necessário, no horário definido pela Contratante, o que não significa que ocorrerá dentro das 35 horas semanais. A taxa será devida por profissional que necessite pernoitar no local. Nos casos em que não houver necessidade de pernoite, será devida 50% da taxa de deslocamento.

A Contratada deverá utilizar a taxa diária de deslocamento para custear eventuais despesas com pagamento de horas extras aos funcionários durante os deslocamentos fora do horário de expediente. O TRE-SC, em hipótese alguma, irá utilizar os pacotes adicionais descritos no item 3 para remunerar o período em que os técnicos da Contratada estiverem em deslocamento, mesmo que em meio de transporte fornecido pela Contratante.

A empresa não fará jus ao recebimento da taxa diária de deslocamento quando houver movimentação dos seus funcionários entre os municípios de Florianópolis, Palhoça, Biguaçu, São José e Santo Amaro da Imperatriz (incluídos os municípios que pertencem a estas Zonas Eleitorais), constituindo-se o primeiro, a base territorial.

9.2.1. Critérios de habilitação

Em relação à **Qualificação Técnica**, considerando a natureza do objeto, deverá ser exigido:

b) um ou mais atestados que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 da Lei n. 14.133/2021;

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, considerando a natureza dos serviços e o valor significativo do objeto, deverá ser exigido:

- a) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;
- b) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- c) Declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e com a Administração Pública, vigentes na data de abertura da licitação, conforme respectivo modelo anexo ao edital licitatório;
- d) Comprovação da situação financeira da empresa mediante a obtenção dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC);



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- d.1) Existência de Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% do valor estimado para a contratação;
- d.2) Existência de Patrimônio Líquido igual ou superior a 1/12 (um doze avos) do valor total das parcelas a executar dos contratos firmados com a Administração Pública e com a iniciativa privada, vigentes na data de abertura da licitação; e
- e) Caso o valor total constante na declaração de que trata a alínea “c” acima apresente divergência percentual superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, em relação à receita bruta discriminada na Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), a empresa licitante deverá acrescentar as devidas justificativas utilizando-se do respectivo modelo anexo ao edital licitatório.
- f) Comprovação de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

9.2.2. Critérios de preferência e de desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

9.2.3. Modalidade de licitação e critério de julgamento

O objeto pretendido é serviço comum, oferecido por diversos prestadores no mercado, apresentando características padronizadas e usuais, o que justifica, portanto, a utilização da modalidade “Pregão” e do critério de julgamento “Menor Preço”.

10. Estimativas do valor da contratação

Conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar do Processo Administrativo Eletrônico n. 1.474/24, o valor estimado para a contratação é de R\$ 1.702.896,48 / ano.

11. Alinhamento da contratação

11.1. Plano de Contratações Anual

A contratação está prevista no Anexo II, Item 9 – Serviços técnicos suplementares continuados de TI.

11.2. Plano de Logística Sustentável

A contratação não conflita com as ações do Plano de Logística Sustentável do TRE-SC.

11.3. Outros instrumentos

A contratação está alinhada com as seguintes ações estratégicas e iniciativas do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação 2023 e 2024:

- OE1 – Aumentar a Satisfação dos Usuários do Sistema Judiciário.
- OE4 – Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas.
- OE6 – Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados.
- AE02 – Constituir e manter estruturas organizacionais adequadas e compatíveis com a demanda de TIC.

12. Adequação orçamentária

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Valor
02.122.0033.20GP.0042	3.3.90.40	R\$ 1.009.123,84



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

13. Descumprimento contratual e penalidades

13.1. Nos termos da Portaria P n. 39/2023, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável, pelas infrações administrativas previstas no subitem 13.1, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

13.2.1. A sanção de advertência consiste em comunicação formal ao fornecedor que deu causa à inexecução parcial do contrato, conforme previsto na alínea “a” do subitem 13.1.

13.2.1.1. A advertência retira do fornecedor a condição de infrator primário, de modo que, em caso de reincidência, sanção mais severa poderá lhe ser aplicada, devendo ser observado o disposto no subitem 13.3.

13.2.2. A sanção de multa tem natureza pecuniária e poderá ser moratória ou compensatória, observados os seguintes termos:

- a) o atraso injustificado na execução do objeto deste Termo de Referência sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), acrescidos de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, a partir do segundo dia de mora, sobre o valor mensal da parcela em atraso, e sua aplicação não dispensa a contratada do cumprimento da obrigação inadimplida;
- b) a inexecução parcial do objeto sem extinção contratual sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela não executada do contrato;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

c) inexecução parcial do objeto com extinção contratual sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o resultado da multiplicação do valor estimado mensal pelo número de meses restantes para o encerramento da vigência do contrato, a contar do mês do inadimplemento;

d) a inexecução total do objeto com extinção contratual sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato].

13.2.2.1. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções estabelecidas neste Termo de Referência.

13.2.2.2. Ultrapassados 30 (trinta) dias de mora, será avaliada a possibilidade de aplicação da conversão da multa de mora para a compensatória por inexecução contratual.

13.2.2.3. A multa poderá ser aplicada em dobro se o infrator for reincidente, ou seja, se tiver sido sancionado por este Tribunal após decisão transitada em julgado, observando-se o disposto no subitem 13.3.

13.2.2.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo de Referência.

13.2.2.5. A multa aplicada será:

a) retida cautelarmente dos pagamentos devidos pela Administração e recolhida em definitivo ao Erário, após o trânsito em julgado da decisão que a impôs;

b) descontada de eventuais faturas pendentes de pagamento;

c) paga pelo fornecedor por meio de GRU;

d) descontada do valor da garantia prestada; ou

e) cobrada judicialmente.

13.2.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar com a União poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, “b” a “g”, pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo ou dar causa à inexecução total do contrato: Prazo - 6 (seis) meses;

b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Prazo - 1 (um) mês;

c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Prazo - 1 (um) mês;

d) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Prazo - 2 (dois) meses;

e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Prazo - 2 (dois) meses.

13.2.4. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, “h” a “m”, pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: Prazo - 3 (três) anos;

b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Prazo - 4 (quatro) anos;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Prazo - 4 (quatro) anos;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Prazo - 5 (cinco) anos;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Prazo - 6 (seis) anos.

13.2.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.2.6. As sanções previstas nos subitens 13.2.3 e 13.2.4 poderão ser majoradas em 10% (dez por cento) para cada agravante, até o limite legal, em razão de:

- a) restar comprovado que o responsável pela infração administrativa tenha registro de penalidade aplicada no âmbito do TRE-SC, por prática de quaisquer das condutas tipificadas no presente Termo de Referência, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;
- b) restar comprovado que o infrator tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;
- c) o licitante ou fornecedor participante da dispensa eletrônica não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo de contratação; ou
- d) restar comprovado que o fornecedor tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

13.2.7. As penas previstas nas alíneas “b” a “e” do subitem 13.2.3 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência das majorações previstas no subitem 13.2.6, quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:

- a) a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha escusável do fornecedor;
- b) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou
- c) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento.

13.2.8. Quando a ação ou omissão do responsável pela infração administrativa ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

13.2.9. A aplicação das sanções previstas no subitem 13.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.2.10. É admitida a reabilitação do licitante ou do contratado sancionado, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

13.2.10.1. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “a” e “e” do subitem 13.2.4 exigirá, como condição de reabilitação do fornecedor sancionado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

13.3. Restará afastada a reincidência após transcorrido 1 (um) ano entre a data do trânsito em julgado da decisão que aplicou a anterior penalidade ao infrator e a data da nova infração.

13.4. O responsável pela infração será intimado para apresentação de defesa e especificação de provas que pretenda produzir, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da intimação.

13.4.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, o infrator poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.4.2. Serão indeferidas pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

13.5. A sanção estabelecida no subitem 13.2.4 é de competência do Presidente do TRE-SC.

13.6. Da aplicação das sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.2 e 13.2.3 caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.6.1. O recurso de que trata o subitem 13.6 será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.7. Da aplicação da sanção prevista no subitem 13.2.4 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I – Instrumento de Medição de Resultado – IMR

O preço a ser estabelecido para a realização dos serviços objeto do contrato refere-se à execução com a qualidade mínima exigida. Portanto, a execução dos serviços contratados que não atinja os níveis de qualificação mínima pretendidos importará pagamento proporcional ao realizado.

Tais ajustes visam: 1) assegurar ao Contratante o recebimento dos serviços em consonância com as metas estabelecidas no contrato; e 2) aplicar a dedução no pagamento à Contratada quando da ocorrência de falhas na execução.

Nas primeiras ocorrências, o não atendimento das metas estabelecidas pelo TRE-SC poderá ser objeto apenas de notificação.

A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que só será aceita caso comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis.

A prestação dos serviços será aferida por resultados, de acordo com os indicadores específicos, para os quais são definidas produtividade e pontuação, conforme consta no Quadro 1 do Anexo I. A apuração dos indicadores será feita a partir de relatórios baseados em informações do Sistema de Gerenciamento de Serviços de TI (*Service Desk*).

As medições serão realizadas ao final de cada mês, compreendendo o período entre o primeiro e o último dia, exceto no mês de assinatura do contrato, no qual a medição compreenderá os serviços realizados entre a data de início da prestação dos serviços e o último dia do mês, bem como no último mês de vigência do contrato, em que se medirá o serviço prestado entre o primeiro dia deste mês e a data de encerramento do contrato.

Quadro 1 – Indicadores de nível de serviço e produtividade estabelecidas

Item	Indicador de Nível de Serviço (mensal)	Fórmula de Cálculo	Produtividade de	Pontuação
INS-1	Tempo de Resposta: todos os chamados endereçados para a fila de atendimento, deverão ser assumidos pelo técnico em, no máximo, 40 minutos ¹ .	$\left(\frac{\text{Total de Ocorrências atendidas dentro do tempo de resposta}}{\text{Total de Ocorrências}} \right) * 100$	$\geq 95\%$	0
			$\geq 92\%$ e $< 95\%$	50
			$\geq 87\%$ e $< 92\%$	100
			$< 87\%$	200
INS-2	Tempo de Solução: índice de ocorrências atendidas dentro do tempo de solução (ANS) ² estabelecido.	$\left(\frac{\text{Total de ocorrências atendidas dentro do tempo de solução estabelecido}}{\text{Total de ocorrências}} \right) * 100$	$\geq 95\%$	0
			$\geq 92\%$ e $< 95\%$	50



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

			≥ 87 e $< 92\%$	100
			< 87	200
INS-3	Índice de ocorrências com detalhamento / documentação insuficiente acerca dos procedimentos realizados.	(Total de ocorrências com detalhamento insuficiente acerca dos procedimentos realizados / Total de ocorrências atendidas) x 100	$\leq 2\%$	0
			$> 2\%$ e $\leq 5\%$	50
			$> 5\%$	100
INS-4	Índice de retrabalho de chamados por não terem sido concluídos conforme solicitado.	Total de ocorrências que demandaram retrabalho por não terem sido solucionadas conforme solicitado / Total de ocorrências solucionadas) x 100	$\leq 1\%$	0
			$> 1\%$ e $\leq 3\%$	100
			$> 3\%$	200

1) O não cumprimento do indicador de tempo de resposta em uma determinada ocorrência poderá ser justificado pelo técnico. Caberá ao Chefe do Setor avaliar a justificativa e aceitá-la ou não.

2) O não cumprimento do indicador de tempo de solução em uma determinada ocorrência poderá ser justificado pelo técnico. Caberá ao Chefe do Setor avaliar a justificativa e aceitá-la ou não. Os Acordos de Nível de Serviço (ANS) estabelecidos para as atividades estão demonstrados no Quadro 2 do Anexo I deste Termo de Referência.

Notas:

- As produtividades devem ser medidas do primeiro ao último dia de cada mês;
- Para cada inadimplemento serão atribuídos pontos, implicando em abatimentos de 0,5% sobre o valor total do pagamento mensal a cada 10 pontos somados. Abatimento a ser aplicado: Pontuação total/10 x 0,5%;
- O abatimento descrito neste acordo de nível de serviço será aplicado a partir do terceiro mês da execução do contrato;
- No caso de a pontuação total aplicada em um mês superar a 500 pontos, serão considerados apenas 500 pontos (pontuação de corte) para o cálculo do abatimento a ser aplicado, assim, o abatimento máximo a ser aplicado em um mês será de 25% do valor total do pagamento mensal, sem prejuízo das demais penalidades aplicáveis;
- A reincidência da aplicação da pontuação máxima definida anteriormente, poderá implicar a imposição das sanções previstas no contrato (penalidades dispostas no item 13 deste Termo de Referência).



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Quadro 2 – ANS das atividades a serem desempenhadas, para fins de aferição do tempo de solução

Atividade	ANS (Minutos)
Análise e encaminhamento de chamados para setores internos.	40
Abertura e gerenciamento de chamados junto a fornecedores.	45
Administração de servidores de aplicação.	90
Administração de servidores (máquinas físicas e virtuais).	180
Administração de sistemas.	90
Apoio na geração/exportação de dados.	360
Atividades relacionadas com aquisição de Ativos de TI.	180
Baixar imagem em estações de trabalho.	135
Configuração de equipamento.	90
Criação de interface de dados para os sistemas corporativos.	540
Elaboração de documentos / vídeos / editoração.	180
Gerenciamento de acessos.	45
Gerenciamento de imagens Windows e Linux.	270
Instalação / configuração de ativos de rede.	90
Monitoramento de ambiente.	90
Montagem de ambiente.	450
Pesquisa e implantação de novos serviços.	630
Pesquisa e resolução de problemas de TI.	180
Rotinas de Backup e recuperação de dados.	135
Suporte especializado em estações de trabalho e ativos de TI.	90
Suporte especializado em serviços de rede.	60
Suporte especializado em sistemas.	90
Testes em equipamentos.	180
Testes em sistemas.	225



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Ressalta-se que, em comum acordo entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, os tempos de ANS das atividades mapeadas na tabela acima poderão ser modificados, baseado no histórico de execução das mesmas.

Poderão, ainda, surgir novas atividades, cujos tempos do ANS serão acordados entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo II – Catálogo de Serviços de TI do TRE-SC

Catálogo de Serviços de TI	
Serviço	Categoria
Agendamento - Sistema de Agendamento de Atendimento	Atendimento
ASM - Sistema de Gerenciamento de Processos Operacionais da TI	Atendimento
CENTRAL 148 - Ocorrências da Central de Atendimento ao Eleitor	Atendimento
OTRS - Sistema de Service Desk	Atendimento
SAC Eleitoral	Atendimento
Ambiente de Colaboração (Zimbra)	Comunicação e Colaboração
Comunique - Sistema de Contatos Externos	Comunicação e Colaboração
Google Workspace	Comunicação e Colaboração
Sistema de Webconferência	Comunicação e Colaboração
Alfresco	Conteúdo e Publicações
DemocraTiza - Compartilhando conhecimento em TI	Conteúdo e Publicações
DJE - Diário da Justiça Eletrônico	Conteúdo e Publicações
E-Docs - Pesquisa Textual em Documentos	Conteúdo e Publicações
ITAR - Inteiro Teor de Acórdãos e Resoluções	Conteúdo e Publicações
Mural Eletrônico da Justiça Eleitoral de Santa Catarina	Conteúdo e Publicações
Portal do Mesário	Conteúdo e Publicações
Publijus - Diário da Justiça Eleitoral de Santa Catarina	Conteúdo e Publicações
SASP - Sistema de Acompanhamento de Sessões Plenárias	Conteúdo e Publicações
Site Institucional::Extranet - TRE-SC e TJSC	Conteúdo e Publicações
Site Institucional::Plone - Sistema de Gestão de Conteúdo	Conteúdo e Publicações
Site Institucional::Site Internet Corporativo	Conteúdo e Publicações
Site Institucional::Site Intranet Corporativo	Conteúdo e Publicações
Site Institucional::TYPO3 - Sistema de Gestão de Conteúdo	Conteúdo e Publicações
Videoteca Corporativa	Conteúdo e Publicações
Wiki	Conteúdo e Publicações
Cadastro Eleitoral::Acompanhamento atendimento remoto emergencial (TituloNet)	Eleitorais
Cadastro Eleitoral::Agregador de Seções Eleitorais	Eleitorais
Cadastro Eleitoral::Coleta de Coordenadas Geográficas (KoboCollect)	Eleitorais



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Cadastro Eleitoral::Estatística - Estatísticas do Cadastro Eleitoral	Eleitorais
Cadastro Eleitoral::Integração::Benefícios e Antecedentes	Eleitorais
Cadastro Eleitoral::Integração::INFODIP - Sistema de Informações de Óbitos e Direitos Políticos	Eleitorais
Cadastro Eleitoral::Integração::INFOSEG - Integração de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização	Eleitorais
Cadastro Eleitoral::Integração::INTEGRA - Sistema de Integração para Atualização da Situação Eleitoral	Eleitorais
Cadastro Eleitoral::Integração::IntegraTJ- Integração de Informações Relativas à Condenação e Extinção da Punibilidade	Eleitorais
Cadastro Eleitoral::Integração::Rol de Culpados CGJPR - Sistema de Antecedentes Criminais - Oráculo	Eleitorais
Cadastro Eleitoral::Integração::Rol de Culpados CGJSC - Sistema de Antecedentes Criminais	Eleitorais
Cadastro Eleitoral::Integração::Rol de Culpados TRF4 - Sistema de Antecedentes Criminais	Eleitorais
Cadastro Eleitoral::Integração::SIEL - Sistema de Informações Eleitorais	Eleitorais
Cadastro Eleitoral::JUSTIFICA - Requerimento de Justificativa Eleitoral (Pós-Eleição)	Eleitorais
Cadastro Eleitoral::Mandados de Prisão - Sistema de Consulta Nacional aos Mandados de Prisão	Eleitorais
Cadastro Eleitoral::Painel de Potenciais Inconsistências ASE / RAE	Eleitorais
Cadastro Eleitoral::Sistema de Atendimento ao Eleitor (ELO)	Eleitorais
Cadastro Eleitoral::VotacaoLoc - Consulta aos Locais de Votação	Eleitorais
Candidatura e Partidos Políticos::CAND - Sistema de Candidaturas	Eleitorais
Candidatura e Partidos Políticos::CANDex - Sistema de Candidaturas (Módulo Externo)	Eleitorais
Candidatura e Partidos Políticos::Consulta RFB	Eleitorais
Candidatura e Partidos Políticos::FILIA	Eleitorais
Candidatura e Partidos Políticos::Prestação de Contas::SPCA - Sistema de Prestação de Contas Anual	Eleitorais
Candidatura e Partidos Políticos::Prestação de Contas::SPCE - Sistema de Prestação de Contas Eleitorais	Eleitorais
Candidatura e Partidos Políticos::Registro de Candidaturas Para Eleições na Comunidade	Eleitorais
Candidatura e Partidos Políticos::SAPF - Sistema de Apoio de Partidos em Formação	Eleitorais



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Candidatura e Partidos Políticos::SGIP - Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias	Eleitorais
Candidatura e Partidos Políticos::SICO - Sistema de Informações de Contas Eleitorais e Partidárias	Eleitorais
Propaganda e Pesquisa Eleitoral::AUGE - Controle de Propaganda Eleitoral	Eleitorais
Propaganda e Pesquisa Eleitoral::HE - Horário Eleitoral	Eleitorais
Propaganda e Pesquisa Eleitoral::PesqEle - Sistema de Registro de Pesquisas Eleitorais	Eleitorais
Sistemas Eleitorais de Apoio::CONVOC - Sistema de Convocação de Auxiliares Eleitorais	Eleitorais
Sistemas Eleitorais de Apoio::ROTAS - Controle de Rotas	Eleitorais
Sistemas Eleitorais de Apoio::SAVP - Sistema de Apoio à Votação Paralela	Eleitorais
Sistemas Eleitorais de Apoio::SIGMA - Sistema de Apoio às Eleições	Eleitorais
Sistemas Eleitorais de Apoio::Sistema Pardal	Eleitorais
Totalização e Divulgação::DIVULGA - Sistema de Divulgação de Resultados	Eleitorais
Totalização e Divulgação::HISTELEI - Sistema de Histórico de Eleições	Eleitorais
Totalização e Divulgação::SHE - Sistema de Histórico de Eleições	Eleitorais
Totalização e Divulgação::Sistema de Gerenciamento da Totalização	Eleitorais
Totalização e Divulgação::Sistema de Preparação da Totalização	Eleitorais
Totalização e Divulgação::Sistema de Transmissão de Arquivos de Urna	Eleitorais
Urnas Eletrônicas::Dia - E	Eleitorais
Urnas Eletrônicas::LogusWeb - Sistema de Logística e Gestão de Urnas e Suprimentos	Eleitorais
Urnas Eletrônicas::OcorreJE - Registro de Ocorrências da Urna Eletrônica	Eleitorais
Urnas Eletrônicas::QrUEL	Eleitorais
Urnas Eletrônicas::Sistemas de Urna Eletrônica	Eleitorais
Estabilizador e Nobreak	Equipamentos de Informática
Estação de Trabalho	Equipamentos de Informática
Estação de Trabalho::Antivírus	Equipamentos de Informática
Estação de Trabalho::Aplicativos	Equipamentos de Informática
Estação de Trabalho::Aplicativos eleitorais	Equipamentos de Informática



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Estação de Trabalho::Navegadores	Equipamentos de Informática
Estação de Trabalho::Sistema Operacional	Equipamentos de Informática
Estação de Trabalho::Softwares Biométricos	Equipamentos de Informática
Estação de Trabalho::Suíte de Escritório	Equipamentos de Informática
Impressora	Equipamentos de Informática
Kit Biométrico	Equipamentos de Informática
Monitor	Equipamentos de Informática
Outros Equipamentos e Periféricos	Equipamentos de Informática
Ferramentas para Ensino a Distância (Moodle)	Ferramentas de Ensino
Gerenciador de Eventos	Ferramentas de Ensino
KnowBe4 - Plataforma de Conscientização em Segurança da Informação	Ferramentas de Ensino
DIRF - Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte	Financeiro
FOLJU - Folha de Pagamento dos Juízes	Financeiro
GDRAIS - Gerador de Declaração da Relação Anual de Informações Sociais	Financeiro
GRU - Guias de Recolhimento da União	Financeiro
Orçamento - Plano de Aquisições	Financeiro
Orçamento - Sistema de Proposta Orçamentária	Financeiro
Pagamentos	Financeiro
SEFINNet - Sistema Eletrônico de Declaração de ISS	Financeiro
SIAC - Sistema de Acompanhamento de Contratos	Financeiro
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira	Financeiro
SICAF - Sistema Unificado de Cadastramento de Fornecedores	Financeiro
SIGEPRO - Sistema de Acompanhamento e Gerenciamento da Proposta Orçamentária	Financeiro
Administrativos::Troca Senha - Sistema Troca Senha RedeTRE-SC	Gerenciamento de Acesso
Admsist - Administração de Acesso aos Sistemas	Gerenciamento de Acesso
Ingresso, desligamento e alteração de lotação	Gerenciamento de Acesso
ODIN - Sistema de Autenticação e Autorização da Justiça Eleitoral	Gerenciamento de Acesso
SupervisorZE	Gerenciamento de Acesso
Administrativos::BREVE - Sistema de Fluxo de Formulários	Gestão de Processos e Projetos
Administrativos::BREVEADM - Sistema de Administração e Desenvolvimento de Breves	Gestão de Processos e Projetos



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Administrativos::PAE - Processo Administrativo Eletrônico	Gestão de Processos e Projetos
Administrativos::Painel de Autogerenciamento das Zonas Eleitorais	Gestão de Processos e Projetos
Administrativos::SADP - Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos	Gestão de Processos e Projetos
Administrativos::Sistema para Gerenciamento de Projetos (PRIMAVERA P6)	Gestão de Processos e Projetos
Judiciários::Atena	Gestão de Processos e Projetos
Judiciários::Petição Eletrônica	Gestão de Processos e Projetos
Judiciários::PJE Primeiro Grau - Processo Judicial Eletrônico do Primeiro Grau	Gestão de Processos e Projetos
Judiciários::PJE Segundo Grau - Processo Judicial Eletrônico do Segundo Grau	Gestão de Processos e Projetos
Judiciários::Plantão Judicial	Gestão de Processos e Projetos
Judiciários::Push - Sistema Push de Informações Judiciais	Gestão de Processos e Projetos
Judiciários::SJUR - Sistema de Jurisprudência	Gestão de Processos e Projetos
AuditSE	Outros
Digifort	Outros
DNI - Documento Nacional de Identificação	Outros
SIM - Sistema de Indicadores e Metas	Outros
Consulta aos Bens Patrimoniais	Patrimônio
Sistema de Gestão da Biblioteca (ALEPH 500)	Patrimônio
Sistema de Patrimônio e Almoxarifado (ASI WEB)	Patrimônio
Allievo - Gerenciador de Estágios	Recursos Humanos
Consulta ao Adicional de Qualificação	Recursos Humanos
Consulta ao Período de Férias	Recursos Humanos
CORA - Sistema de Gerência de Concursos de Remoção	Recursos Humanos
Encontre - Consulta de Atribuições, Pessoas e Unidades	Recursos Humanos
Espaço do Servidor	Recursos Humanos
ProcMed	Recursos Humanos
SALUS	Recursos Humanos
SGRH OnLine - Sistema de Gestão de Recursos Humanos	Recursos Humanos
Sistema de Informações Corporativas (Incorp2)	Recursos Humanos
Sistema de Ponto (Henry 7x)	Recursos Humanos
Coyote - Sistema de Avaliação de Desempenho.	Recursos Humanos



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Comunicação de Dados::JE Connect	Suporte e Infraestrutura
Comunicação de Dados::Rede de Comunicação de Dados Corporativa	Suporte e Infraestrutura
Comunicação de Dados::Rede Paralela de Comunicação de Dados	Suporte e Infraestrutura
Mudanças e alterações de layout	Suporte e Infraestrutura
Serviço de Armazenamento de Dados (DriveG)	Suporte e Infraestrutura
Suporte técnico a eventos	Suporte e Infraestrutura